

**HABEAS CORPUS Nº 492.505 - SC (2019/0037352-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RODRIGO MARTINS CAVALCANTE AMORIM - AL010734  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : OSMAR MARTINS DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de OSMAR MARTINS DE OLIVEIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do *Habeas Corpus* n. 4000835-13.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 16/1/2019, ao ser abordado por policiais militares em via pública, enquanto conduzia sua bicicleta, trazendo consigo mais de 400g (quatrocentos gramas) de *crack* para fins de tráfico. O paciente foi então autuado pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem buscando a revogação da custódia cautelar por falta de fundamentação concreta da decisão que decretou a prisão do paciente.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 29 de janeiro de 2018, a 13ª Câmara Criminal, por votação unânime, denegou a ordem em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 46):

*HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DENUNCIADO PELA SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME TIPIFICADO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006. ABORDAGEM POLICIAL QUE CULMINOU NA PRISÃO EM FLAGRANTE DO PACIENTE EM VIA PÚBLICA, NA POSSE MAIS DE 400G (QUATROCENTOS GRAMAS) DE SUBSTÂNCIA CONHECIDA COMO CRACK.*

*PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA QUE VISA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – EVIDENCIADA PELA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE –, E PELA POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, ARTS. 312 E 313. DECISÃO*

FUNDAMENTADA.

*EVENTUAIS PREDICADOS FAVORÁVEIS QUE NÃO OBSTAM A SEGREGAÇÃO QUANDO DEMONSTRADA SUA NECESSIDADE. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS INSUFICIENTES NO CASO CONCRETO. ORDEM DENEGADA.*

Na presente impetração, a Defensoria Pública estadual reitera os argumentos lançados no Tribunal de origem com vistas a obter a revogação da prisão do paciente sob o argumento de que o decreto de prisão foi pautado na gravidade em abstrato do delito, que são próprias do tipo penal.

Alega nulidade da decisão por falta de fundamentação válida e ausência de *periculum libertatis*.

Aduz, ainda, que as condições pessoais favoráveis do acusado permite-lhe responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente, a revogação da custódia cautelar do paciente, restabelecendo a sua liberdade até o julgamento final do *writ*.

No mérito, busca a concessão da ordem de *habeas corpus* para reconhecer a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva por 1) ausência de fundamentação concreta e por inexistir *periculum libertatis* indispensável à segregação cautelar; 2) ausência de homogeneidade com o resultado final do processo; e 3) ausência de fundamentação idônea quanto à insuficiência da aplicação de medidas cautelares autônomas. Subsidiariamente, requer sejam fixadas medidas cautelares diversas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Insta registrar que há referência no decreto de prisão preventiva à elevada quantidade de droga apreendida em poder do paciente – **mais de 400g (quatrocentos gramas) de crack** –, substância entorpecente de elevado potencial lesivo, circunstância que, neste juízo de cognição sumária, justifica a imposição da segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública (e-STJ fls. 22/23).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville (SC), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator